

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL-TO

QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO 2019

CONCURSO PÚBLICO



NÍVEL: Superior

CARGO: Professor Nível Graduado

Língua Portuguesa	01 a 10
Noções de Informática	11 a 15
Conhecimentos Regionais	16 a 20
Legislação Pertinente ao Município de Porto Nacional/TO	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 40

APLICAÇÃO: MANHÃ

COPESE
Comissão Permanente de Seleção



ATENÇÃO: transcreva no espaço apropriado da **FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO)**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A felicidade do corpo consiste na saúde, e a do espírito, na sabedoria.

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Verifique se este CADERNO DE PROVAS contém um total de 40 questões, dispostas conforme o quadro acima.
2. Caso haja algum problema de impressão ou divergência quanto ao cargo, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
3. Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:

Marque assim:



Não marque assim:



OBS: Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.

4. Ao terminar a prova, acene para chamar o aplicador para que sejam recolhidos este Caderno de Provas e sua Folha de Respostas (Gabarito).
5. Após a prova você poderá levar consigo somente o Gabarito Rascunho.
6. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.
7. De acordo com o item 10.18 do edital terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como bip, smartphone, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, fones de ouvido, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Nome: _____

RG: _____

ATENÇÃO:

O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas (Gabarito) é de 3 horas.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as **QUESTÕES** de **01** a **07**.

Os perigos semânticos do racismo

Casos de preconceito expõem uso indiscriminado da palavra "racismo", confundida com "injúria" e "apologia à violência".

Todas as profissões possuem vocabulário próprio, um glossário que permite comunicação mais efetiva entre os que trabalham em determinada área do conhecimento humano. Com o Direito não é diferente. As letras forenses são plenas de particularidades e aforismos próprios, familiares aos que militam nas lides judiciais, mas bastante estranhos à população em geral.

Alguns problemas surgem porque, ao contrário do que observamos em outras ciências, os termos jurídicos têm, não raro, um segundo significado, comum e muito difundido, circunstância que frequentemente leva confusão aos que batem às portas dos tribunais em busca de justiça. São palavras como: "queixa", "exceção", "suspeição", "competência", cujo significado popular difere, em muito, do sentido técnico, muitas vezes bastante difícil de ser explicitado ao leigo. Um dos exemplos mais veementes dessa dicotomia é o vocábulo "racismo".

Numa série de episódios recentes, de ataques a nordestinos e outros atores sociais, o termo voltou a movimentar o debate no país. Para o senso comum, "racismo" significa toda e qualquer forma de "preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior" (HOUAISS, 2009), englobando condutas variadas, que vão da simples ofensa verbal a atos sociais discriminatórios ou violência física.

Em sentido técnico, no entanto, o termo remete a "crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor", tipificados pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que usa, nas diversas figuras penais, frases como: "impedir ou obstar o acesso", "negar ou obstar emprego", "recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso", "recusar hospedagem", "recusar atendimento", "impedir ou obstar casamento", "impedir ou obstar convivência social" e outros comportamentos, sancionados com penas que variam de um mínimo de um a um máximo de cinco anos de reclusão [...]. São condutas ligadas à ideia de exclusão, de eliminação, de óbice concreto ao exercício de um direito, ao sentimento íntimo de proscrição do outro, que toma tais condutas desprezíveis.

É necessário, no entanto, diferenciar esses crimes da injúria (ofensa verbal), qualificada por "elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência", prevista pelo art. 140, §3º, do Código Penal e que recebe pena abstrata de "reclusão de um a três anos e multa".

Mal comparando, para a lei, uma coisa é impedir alguém de entrar num restaurante ou tratá-lo mal por ele ser negro ou nordestino. Outra é injuriar alguém, com base em ofensas de conteúdo racial.

Tema bastante polêmico, não raro vemos nos noticiários pessoas, atingidas em sua honra por expressões alusivas à origem social ou étnica, dizendo-se vítimas de racismo e indignadas porque a autoridade policial não tipificou a conduta na Lei nº 7.716/89, mas sim na injúria prevista no Código Penal.

A própria mídia, por vezes desinformada, concorre para essa confusão e acaba, involuntariamente, por estimular o atrito, inquinando como faltosas condutas funcionais absolutamente corretas.

Importa esclarecer que a Justiça tem peculiaridades e o autor do delito, de uma forma ou outra, seja qual for o *nomen juris* (a denominação legal) dado ao fato, será efetivamente responsabilizado.

Necessário anotar, enfim, que eliminar tais comportamentos não é tarefa policial. É preciso, mais. É urgente que os homens se conscientizem de sua igualdade intrínseca e de que a cor da pele, a religião ou a origem social não os qualificam como melhores seres humanos. Assim como o Cavaleiro inexistente, de Italo Calvino, precisamos abandonar a narcísica armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na divina beleza de sua diversidade.

Fonte: DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano 5, nº 62, dez. 2010. (Adaptado).

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a interpretação do texto e as intenções do autor.

- (A) Enaltece a área jurídica por utilizar vocabulário e termos técnicos acessíveis a toda população.
- (B) Acusa a mídia de divulgar informações falsas, principalmente sobre ataques aos nordestinos.
- (C) Demonstra que alguns termos de conhecimento popular possuem significados distintos do vocabulário da área jurídica.
- (D) Defende que a população em geral deveria dominar as letras forenses, para que todos pudessem conquistar os seus direitos.

QUESTÃO 02

Acerca da discussão sobre o termo "racismo", apresentada pelo autor, analise as afirmativas.

- I. Há dois entendimentos para "racismo": um de conhecimento popular e outro de conhecimento jurídico.
- II. Em todas as instâncias jurídicas deve-se prevalecer o significado popular para "racismo", que denota alteridade.
- III. Juridicamente, "racismo" é entendido como toda e qualquer forma de preconceito, por exemplo, contra as pessoas pertencentes a uma raça ou etnia diferentes, caso dos nordestinos.
- IV. O termo "racismo" apresenta a mesma significação do vocábulo "injúria" na área do Direito Penal.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 03

Sobre as diferenças de sentido entre termos técnicos da área jurídica e os termos de conhecimento popular, assinale a alternativa **CORRETA** sobre qual problema essas diferenças podem ocasionar à população.

- (A) A propagação dos termos jurídicos corretos, pela mídia, em cada caso de queixa crime.
- (B) A inibição aos que buscam valer os seus direitos, mas que não encontram respaldo nas leis brasileiras.
- (C) A dificuldade em compreender a tipificação correta em casos de racismo e injúria, previstos na legislação.
- (D) O desconhecimento jurídico dos policiais ao informar a tipificação correta dos crimes de injúria e racismo ao cidadão comum.

QUESTÃO 04

A partir da leitura do fragmento “[...] precisamos abandonar a **narcísica** armadura reluzente que nos aniquila para poder encontrar o outro, em toda sua dimensão, na **divina** beleza de sua **diversidade**.” (último parágrafo), assinale a alternativa **CORRETA** em que as palavras em destaque podem ser substituídas, respectivamente, sem prejuízo de sentido, por

- (A) Singela; terreal; igualdade.
- (B) vaidosa; sublime; pluralidade.
- (C) humilde; vulgar; multiplicidade.
- (D) presunçosa; estígia; homogeneidade.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **CORRETA**. A palavra “Direito”, em destaque no texto (1º parágrafo), está grafada com a inicial em maiúscula, pois

- (A) está iniciando o período.
- (B) está aludindo à entidade mitológica e de cunho histórico.
- (C) está remetendo à forma de tratamento usada em instituições públicas.
- (D) está designando ciência, ou disciplina, ou sintetiza aspectos do engenho e do saber.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), o trecho: “preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior”, presente no 3º parágrafo, está entre aspas, pois

- (A) é citação textual direta.
- (B) é fragmento de obra literária.
- (C) é excerto conotativo e não referencial.
- (D) é expressão de cunho preconceituoso.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa **CORRETA**. De acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), a expressão *nomen juris* está grafada em itálico, porque

- (A) é expressão de formação híbrida.
- (B) é expressão em língua estrangeira já aportuguesada.
- (C) é expressão utilizada exclusivamente na área do direito penal.
- (D) é expressão latina não incorporada ao uso comum na língua portuguesa.

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), para o atributo “concisão” deve-se:

- (A) exibir advérbios que denotem personalidade.
- (B) transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- (C) utilizar redundância e prolixidade para melhor clareza e compreensão do texto oficial.
- (D) utilizar adjetivos que destaquem a qualidade do que se pretende apresentar, com a finalidade de demonstrar consideração ao leitor.

QUESTÃO 09

Sobre os elementos de ortografia presentes no **Manual de Redação da Presidência da República** (3º edição, revista, atualizada e ampliada, 2018), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Pede-se que o travessão seja usado em casos em que se faz necessária a transcrição de trechos de fala.
- (B) Sugere-se a consulta a dicionários da língua quando há dúvidas sobre a grafia de determinada palavra.
- (C) Indica-se que o sinal de hífen deve ser evitado em comunicações oficiais, uma vez que o Novo Acordo Ortográfico não prevê seu uso.
- (D) Recomenda-se que palavras grafadas em itálico sejam acompanhadas de sinais gráficos de aspas para dar ênfase aos termos de origem estrangeira e latina.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **CORRETA** em que todas as palavras estejam grafadas segundo a norma culta e/ou padrão da Língua Portuguesa.

- (A) Piche, procrastinar, expansão.
- (B) Vissicitude, maldade, viagem.
- (C) Ancioso, compreensão, lacrimar.
- (D) Exceção, excepcional, indentidade.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

São categorias disponíveis no menu de Configurações no Microsoft Windows 10, **EXCETO**:

- (A) paint, docs e edge.
- (B) rede e internet, dispositivos e contas.
- (C) contas, hora e idioma e privacidade.
- (D) atualização e recuperação, personalização e sistema.

QUESTÃO 12

Recuo é um deslocamento das linhas em relação às margens do documento. Sobre o recuo de parágrafo no Microsoft Word 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Essa versão do Word não permite o uso de atalhos do teclado para realizar recuos de parágrafo.
- (B) O recuo do parágrafo pode ser aplicado a apenas um parágrafo por página e somente na primeira linha.
- (C) A caixa de diálogo *Parágrafo* não apresenta referências ao recuo, sendo necessário o usuário acessar a guia *Layout* para essa finalidade.
- (D) O recuo de parágrafo pode ser feito por meio da guia *Layout*, bem como pela régua, pela caixa de diálogo *Parágrafo* ou por atalhos do teclado.

QUESTÃO 13

Em alguns aplicativos de comunicação como o WhatsApp o tipo de criptografia utilizado é a ponta a ponta, ou seja, entre os dispositivos que estão trocando as mensagens. Com esse tipo de criptografia, somente quem está conversando possui a chave para ler a mensagem.

Neste contexto, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a criptografia é responsável apenas por gerar um resumo da mensagem original.
- (B) a criptografia é responsável por cifrar a mensagem.
- (C) a criptografia é responsável por armazenar a mensagem em um servidor seguro.
- (D) a criptografia é responsável por garantir a entrega da mensagem ao destinatário.

QUESTÃO 14

Acerca da impressão de planilhas do Microsoft Excel 2016, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho é necessário selecionar previamente a parte que se deseja imprimir.
- (B) Para imprimir uma parte de uma planilha de trabalho, basta clicar na opção *Imprimir por partes* disponível na guia *Revisão*.
- (C) Para imprimir apenas partes de uma planilha o usuário não necessita selecionar previamente a parte que deseja imprimir.
- (D) O atalho Ctrl + S permite o usuário imprimir diretamente uma planilha.

QUESTÃO 15

Qual a URL indicada para transmissões que envolvem informações sigilosas e que oferece conexão segura:

- (A) ftp://www.portonacional.to.gov.br
- (B) http://www.portonacional.to.gov.br
- (C) https://www.portonacional.to.gov.br
- (D) smb://www.portonacional.to.gov.br

PROVA DE CONHECIMENTOS REGIONAIS

QUESTÃO 16

Ritxòkò significa ‘boneca de cerâmica’ e são confeccionadas por mulheres, desde a modelagem, a queima até a pintura. As bonecas Ritxòkò, desde 2012 foram reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio imaterial brasileiro.

Sobre as bonecas Ritxòkò é **CORRETO** afirmar que são confeccionadas pelas mulheres do povo

- (A) Krahô.
- (B) Karajá.
- (C) Xerente.
- (D) Xambioá.

QUESTÃO 17

É **CORRETO** afirmar que a unidade do relevo que está localizada na quádrupla fronteira entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia alcançando mais de 800 metros de altitude, e constitui o limite ocidental da região do Jalapão recebe o nome de:

- (A) Chapada do Araripe.
- (B) Chapada Diamantina.
- (C) Chapada dos Guimarães.
- (D) Chapada das Mangabeiras.

QUESTÃO 18

Durante o giro da folia do Divino Espírito Santo ocorre uma dança que é uma espécie de brincadeira composta por homens e mulheres que em dupla, acompanhados de viola e pandeiro se divertem e divertem a população com gesto de alegria e sensualidade.

É **CORRETO** afirmar que essa dança típica, que carrega fortes marcas de cultura e tradição das comunidades do interior do Tocantins como Paranã, Santa Rosa do Tocantins, Monte do Carmo, Natividade, Conceição do Tocantins, Peixe e Tocantinópolis recebe o nome de:

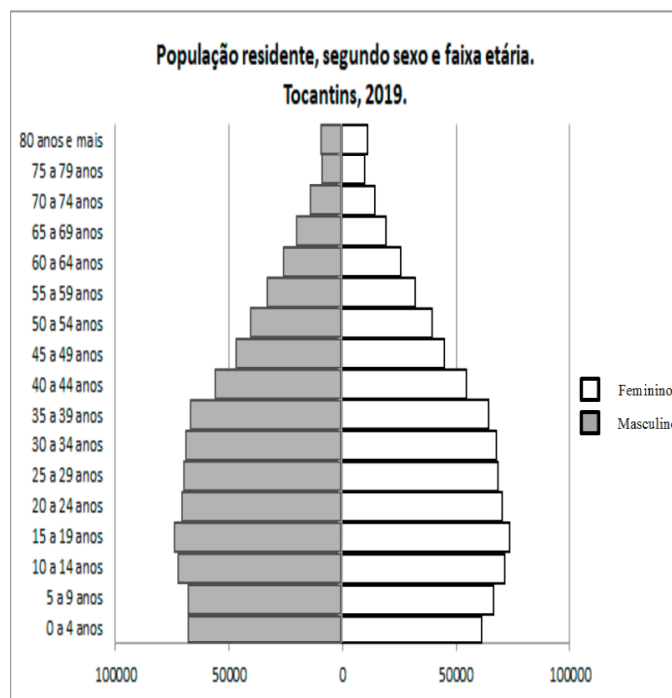
- (A) Zouk.
- (B) Salsa.
- (C) Sússia.
- (D) Merengue.

QUESTÃO 19

É **CORRETO** afirmar que uma das primeiras edificações construída em Palmas, no ano de 1989, que foi sede do Poder Executivo de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991. Abrigou ainda a Casa Civil e a Casa Militar, as secretarias do Interior, da Comunicação e da Agricultura. Também serviu, por pouco tempo, de residência oficial do Governador, e atualmente abriga o:

- (A) Palácio Araguaia.
- (B) Memorial Coluna Prestes.
- (C) Museu Histórico do Tocantins.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

QUESTÃO 20



Fonte: Disponível em: <https://www.conass.org.br/quainformacao/tocantins-2/> Acesso em 02/05/2019. (Adaptado).

Considerando a pirâmide etária do Tocantins é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Os jovens de 15 a 19 anos correspondem à faixa populacional com maior incidência na composição populacional do estado.
- (B) A população idosa no estado Tocantins é numericamente superior à população jovem.
- (C) O número de mulheres adultas representa a metade do número de homens adultos.
- (D) O número de crianças de zero a 4 anos é superior ao de crianças de 05 a 09 anos.

PROVA DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL - TO

QUESTÃO 21

Assinale a alternativa **CORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à organização do Poder Legislativo, o mandato da Mesa da Câmara Municipal será de:

- (A) um ano, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (B) um ano, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (C) dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- (D) dois anos, admitida a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

QUESTÃO 22

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais do Município, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- III. As contas do Município ficarão, durante quatro meses, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte municipal, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos em que a lei indicar.
- IV. A Câmara Municipal e o Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 23

Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto ao processo legislativo, compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de lei que:

- (A) disponha sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.
- (B) estabelece a Lei de Zoneamento Municipal.
- (C) trate da criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta e Autárquica, bem como a fixação das respectivas remunerações.
- (D) disponha sobre o Regime Jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores municipais.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei Orgânica do Município, em especial quanto à Procuradoria da Câmara Municipal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Compete à Procuradoria da Câmara Municipal exercer a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Legislativo Municipal.
- (B) Os Procuradores Jurídicos da Câmara Municipal officiarão nos atos e procedimentos administrativos da Câmara, propiciando o controle interno da constitucionalidade e da legalidade e prestarão aos Vereadores, indistintamente, consultoria e assessoria técnico-jurídica, entre outras atribuições.
- (C) A Lei de iniciativa da Mesa da Câmara organizará a Procuradoria da Câmara Municipal, disciplinará sua competência e disporá sobre o ingresso na classe inicial, privativo de advogados em pleno exercício da profissão, mediante concurso público de provas e títulos instituindo plano de carreira, vencimentos e vantagens.
- (D) Compete à Mesa da Câmara indicar ao plenário em lista quántupla, relacionando bacharéis em Direito, dentre os quais será nomeado, por aprovação da maioria e por tempo indeterminado.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa **CORRETA**. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta de:

- (A) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (B) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- (D) metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

QUESTÃO 26

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), os cargos públicos serão providos, **EXCETO**:

- (A) Reintegração.
- (B) Recomendação.
- (C) Reversão.
- (D) Nomeação.

QUESTÃO 27

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), dentre outros motivos, a pena disciplinar de demissão será aplicada ao servidor nos seguintes casos, **EXCETO**:

- (A) Reincidência de falta de cumprimento do dever funcional.
- (B) Incontinência pública escandalosa.
- (C) Ofensa, em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa.
- (D) Revelação de segredo de que tenha conhecimento em razão de suas funções.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A posse será dispensada no caso de nomeação do candidato aprovado em concurso público.
- (B) A posse será dispensada no caso de indicação de candidato para cargo em comissão ou de confiança.
- (C) A posse será dispensada no caso de reintegração.
- (D) A posse não será dispensada em nenhuma circunstância.

QUESTÃO 29

Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), quanto à nomeação para o cargo público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para cargo de provimento efetivo.
- II. A nomeação dar-se-á em comissão, mediante livre escolha do chefe do poder executivo municipal, dentre pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.
- III. A nomeação dar-se-á em caráter efetivo para o provimento de cargo de caráter comissionado, nas funções de chefia, direção ou de secretário do município.
- IV. A nomeação dar-se-á em caráter temporário para provimento de cargo efetivo sujeito à extinção.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei nº 1.435/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional), as faltas funcionais prescreverão no seguinte prazo:

- (A) em 1 (um) ano quando a falta for sujeita à pena de multa ou suspensão.
- (B) em 3 (anos) quando a falta for sujeita à pena de destituição de cargo em comissão ou de função pública.
- (C) em 4 (quatro) anos quando a falta for sujeita à pena de aposentadoria.
- (D) quando a ação ou omissão do servidor for tipificada na lei penal, de acordo com esta será o prazo prescricional.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

A avaliação na educação é um dos temas debatidos na atualidade e que manifesta muitas variações conceituais. Em referência à avaliação da aprendizagem, numa perspectiva democrática e emancipadora, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Para realizar a avaliação da aprendizagem, o final do período letivo é o mais indicado, não se constituindo como uma prática contínua do professor.
- (B) Para realizar a avaliação da aprendizagem é necessário organizar a classe, separando os estudantes em fracos e fortes, de modo a classificá-los.
- (C) Para realizar a avaliação da aprendizagem, uma das questões de destaque necessária é polarizar a avaliação como reprovação ou aprovação dos estudantes.
- (D) Para realizar a avaliação da aprendizagem é necessário o diagnóstico para organizar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

QUESTÃO 32

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola constitui-se como um documento norteador da prática educativa desenvolvida na escola.

Quanto ao PPP, dentre as alternativas a seguir, assinale a **CORRETA**:

- (A) numa perspectiva democrática o Projeto Político Pedagógico deve ser construído somente pela equipe da gestão pedagógica da escola.
- (B) o Projeto Político Pedagógico expressa a identidade da escola e requer uma equipe diretiva de liderança para coordenar sua elaboração.
- (C) o Projeto Político Pedagógico pode ser desvinculado do currículo escolar, uma vez que este não expressa a concepção das práticas educativas.
- (D) o Projeto Político Pedagógico pode expressar um conhecimento descontextualizado em relação às questões coletivas e locais em que a escola está inserida.

QUESTÃO 33

Em conformidade com a Meta 16 do Plano Nacional da Educação – 2014-2024, além da formação em nível de pós-graduação, o plano aponta para a garantia a “todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino”.

Em referência à formação continuada, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) a escola, também compreendida como espaço de formação para o trabalho, incorpora uma formação continuada contextualizada com a atuação individual e coletiva de professores.
- (B) a formação continuada envolve uma reflexão coletiva para a prática transformadora que exclui a necessidade da reunião pedagógica.
- (C) a formação continuada considera a reflexão de que o trabalho realizado por cada professor em sala de aula seja isolado dos demais.
- (D) a formação continuada envolve uma reflexão acerca da realidade distante do cotidiano da práxis educativa dos profissionais da escola.

QUESTÃO 34

O desenvolvimento da prática pedagógica na escola requer um trabalho conjunto, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A reflexão desta prática impulsiona a proposta de ação, tendo em vista as mudanças necessárias na escola referentes às questões pedagógicas.

Em relação à prática pedagógica é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a troca de experiências, num trabalho coletivo é essencial para se construir uma coesão e interação na prática pedagógica, não podendo ser desconsiderada.
- (B) a prática pedagógica de qualidade, desconsidera o trabalho conjunto de refletir os problemas da escola, frente ao contexto mais amplo em que está inserida.
- (C) a articulação, a confiança e o apoio entre a equipe diretiva e os professores da escola são desnecessários para a prática pedagógica de qualidade.
- (D) a prática pedagógica de qualidade, dispensa a colaboração, a reflexão e a confiança entre os profissionais envolvidos.

QUESTÃO 35

O trabalho do professor caracteriza-se fundamentalmente pelo ensinar. Entretanto, o ensinar, numa perspectiva emancipadora, não é sinônimo de apenas transmitir conhecimento.

Em relação ao trabalho do professor em sala de aula, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) a sala de aula se constitui como um espaço em que se dispensa a interação do professor com os alunos e o conhecimento.
- (B) o ensinar requer um processo em que as condições para a aprendizagem sejam de competência específica dos alunos.
- (C) o professor deve se ater à compreensão do conhecimento que o aluno apresenta, sem intervir no seu processo de construção do conhecimento.
- (D) o ensinar vincula-se ao aprender num processo de construção do conhecimento, ressaltando-se a atuação do aluno como sujeito de sua aprendizagem.

QUESTÃO 36

A organização da educação básica pode se dar por, **EXCETO**:

- (A) séries anuais e períodos semestrais.
- (B) ciclos e alternância regular de períodos.
- (C) grupos não-seriados, com base na idade e na competência.
- (D) sexo e cor.

QUESTÃO 37

O direito público subjetivo é um preceito previsto no artigo 5º da LDB. Podem exigir seu cumprimento, **EXCETO**:

- (A) qualquer cidadão e grupo de cidadãos.
- (B) associação comunitária e organização sindical.
- (C) uma embaixada de país sediada no Brasil.
- (D) entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público.

QUESTÃO 38

Analisar as afirmativas a seguir em relação à Lei nº 8069/2013, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. a criança e o adolescente têm direito à educação, assegurando-se-lhes o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- II. é competência do poder público fazer a chamada e zelar, junto com os pais ou responsável, pela frequência à escola do aluno.
- III. o poder público não pode realizar pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação.
- IV. não é competência dos municípios o estímulo e facilitação da destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- V. no processo educacional se respeitarão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 39

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil devem nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, visando a concepção de programas de cuidado e educação, com qualidade.

Dessa forma, analise as afirmativas a seguir:

- I. ao se definir a proposta pedagógica, a unidade escolar deverá explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais, bem como a identidade da própria Unidade Educacional, nos vários contextos em que se situa.
- II. Ao se definir a proposta pedagógica, a unidade escolar deverá promover práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança.
- III. Ao se definir a proposta pedagógica, a unidade escolar deverá respeitar Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum.
- IV. Ao se definir a proposta pedagógica, a unidade escolar deverá organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros de etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.
- V. Ao se definir a proposta pedagógica, a unidade escolar deverá buscar a partir de atividades intencionais, em momentos de ações, exclusivamente, a interação entre os aspectos da vida cidadã.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 40

São premissas do Plano Municipal de Educação (PME), segundo o Ministério da Educação, **EXCETO**:

- (A) a elaboração ou adequação do PME exige um trabalho ágil e organizado.
- (B) o Plano Municipal de Educação (PME) deve ser construído em gabinete ou por consultores especializados, tendo assim a legitimidade de quem conhece os aspectos educativos.
- (C) o Plano Municipal de Educação (PME) deve se articular aos demais instrumentos de planejamento do município tais como, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Ações Articuladas (PAR), dentre outros.
- (D) o Plano Municipal de Educação (PME) precisa estar alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE), sendo do município, e não apenas da rede ou do sistema municipal.